

AUSÊNCIA E SILÊNCIO TAMBÉM ENSINAM

ALÉM DO CONTEÚDO TRADICIONAL QUE COMPÕE A GRADE DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, O CONTEÚDO IMPLÍCITO EXERCE GRANDE INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM POR MEIO DO CURRÍCULO OCULTO E DO SILÊNCIO.

Por Mariana Rocha

Instituições de ensino atuam com foco no desenvolvimento de estudantes e atenção voltada, principalmente, à disseminação de conteúdos pertinentes à área de especialização dos programas. Os projetos pedagógicos desenham os objetivos de aprendizagem que norteiam os professores; estes, por sua vez, realizam trabalhos específicos com os alunos a partir de suas respectivas áreas de formação.

A definição do currículo é parte central desse processo, envolvendo escolhas e recortes que estipulam o que fará parte da grade de disciplinas e delineando temas que serão contemplados ou deixados de fora do conjunto de aulas. No campo da educação, as discussões sobre currículo evidenciam o caráter político envolvido nessas escolhas.

CONTEÚDO IMPLÍCITO

No livro *Currículo: uma reflexão sobre a prática*, de José Gimeno Sacristán, aprendemos que o conteúdo curricular amplamente discutido, disputado e planejado não é o único que atua na situação educativa. Há também o currículo oculto, conteúdo implícito que ensinamos, muitas vezes, sem ter consciência clara de que o estamos fazendo. Ao contrário do primeiro, este é apreendido pelos alunos de maneira indireta. Assim como as aulas, as práticas institucionais corriqueiras e aparentemente inofensivas ou neutras também fazem parte do que irá compor a formação dos estudantes. A maneira como se desenvolvem as avaliações, como se distribui o tempo na instituição, a percepção da presença ou ausência de diálogo entre as diferentes áreas e disciplinas do curso, as relações estabelecidas entre professores e alunos, a definição de quem serão os membros que terão (ou não) voz na definição da organização da escola e na delimitação dos conteúdos, e até mesmo a arquitetura e a maneira como se constitui o espaço são componentes do currículo oculto.

Além disso, a maneira como são realizados os processos seletivos para ingresso na instituição, os grupos sociais que têm acesso ou são excluídos da participação na escola, as características sociais, raciais e de gênero do corpo discente e docente, a presença ou ausência de estruturas físicas e de pessoal que possibilitam a acessibilidade de pessoas com deficiência ensinam aos alunos, sem que isso seja planejado, sobre quem seriam as pessoas consideradas aptas a desfrutar dos benefícios da instituição. Um quadro docente majoritariamente masculino na área de exatas mostra indiretamente a condição das mulheres nesse campo de ensino. A naturalização da ausência de estudantes pobres ou negros, por sua vez, aponta para um posicionamento da escola em relação a essas pessoas e reafirma (o que pode ocorrer intencionalmente ou não) discursos ligados ao mérito e à capacidade dos diferentes grupos sociais.

Assim como as aulas, as práticas institucionais corriqueiras e aparentemente inofensivas ou neutras também fazem parte do que irá compor a formação dos estudantes.

Outro exemplo que ajuda a compreender como os currículos ocultos se fazem presentes no cotidiano das instituições de ensino é a própria maneira como os professores planejam suas disciplinas. Apenas o docente tem voz e poder de escolha na aula? Ou ele abre espaço para que os alunos sejam agentes dessas definições e participantes do diálogo? Isso informa aos estudantes qual deve ser seu papel no processo de aprendizagem e quais são os critérios institucionalmente legítimos para a definição do currículo.

SILÊNCIO TAMBÉM ENSINA

Como o currículo oculto, em geral, não se encontra no plano do debate e da intencionalidade, encontramos em torno dele um elemento bastante sutil e, por isso, difícil de ser identificado: o silêncio. Em um contexto de naturalização de práticas institucionais corriqueiras, o silêncio, o não dito, o que fica oculto e, por vezes, esquecido, também compõe a aprendizagem dos alunos.

Estudos sobre o silêncio no campo educacional e organizacional mostram que ele reflete o que não importa, que não merece atenção, o que se considera resolvido. Trata-se de um discurso indireto, que atua no estabelecimento de padrões de normalidade, invisibilizando pessoas, grupos sociais, tensões e conflitos. Por outro lado, o silêncio pode ser compreendido como um elemento de descompromisso, uma estratégia de resistência ou até mesmo um indicador da ausência de espaços seguros para o posicionamento.

INSTITUIÇÃO X ALUNO ATIVO NO APRENDIZADO

Em uma instituição de educação, encontramos silêncios de diversos tipos atuando entre agentes que ocupam posições distintas. O silêncio entre professores e alunos, entre os próprios docentes e entre a coordenação e a direção. É possível pensar que a ausência de diálogo sobre a maneira como são organizadas e definidas as estruturas de uma escola ou universidade ensina aos alunos que a possibilidade de eles interferirem em seu percurso formativo não se encontra em suas mãos. Diante dessa percepção, cabe perguntar: quais são os pressupostos envolvidos nessa prática, ou seja, o que destituiria os estudantes do protagonismo em sua própria aprendizagem? Uma possível resposta seria a existência de uma crença silenciosa na ausência de preparo dos alunos para participar desse processo. E esse pressuposto de incapacidade consta no silêncio sobre como são tomadas as decisões.

Muitas vezes, fala-se sobre a falta de engajamento e compromisso dos estudantes, mas se toda a organização escolar sinaliza, por meio do não dito, que eles não fazem parte das principais decisões de seu curso, como esperar deles uma postura de engajamento? Com esse exemplo, é possível notar que, muitas vezes, o silêncio sobre certos aspectos da vida escolar oculta possíveis caminhos para a resolução de problemas amplamente discutidos.

Outra reclamação costumeiramente presente nos relatos dos docentes e demais responsáveis pela estruturação de instituições educacionais é a postura dos alunos em relação às aulas e avaliações. Frequentemente, encontramos estudantes que dedicam o mínimo de tempo e esforço ao longo de todo semestre, realizando um período intensivo de estudos apenas quando se aproximam as provas finais ou parciais. Mas considerando o que se ensina aos alunos por meio do silêncio, cabe indagar: o que o modo como tais avaliações são pensadas sinaliza para os estudantes? Talvez esse comportamento esteja perfeitamente ajustado ao que a conduta assumida no planejamento das aulas e avaliações lhes ensina silenciosamente.

Outro tipo de silêncio muito comum ocorre entre os próprios docentes acerca de suas práticas de ensino, inquietações e dificuldades na relação com

O silêncio pode ser considerado um discurso indireto, invisibilizando pessoas, grupos sociais, tensões e conflitos. Também pode ser compreendido como um elemento de descompromisso, resistência ou até um indicador da ausência de espaços seguros para o posicionamento.

os alunos. Com exceção de situações de amizade e informalidade em que surgem discussões sobre esses assuntos, no geral, verificamos um grande silêncio institucional entre os professores. Cabe pensar quais os pressupostos envolvidos na ausência de criação de espaços institucionais para questionar essas dificuldades, além de pedir e receber ajuda. Quase intuitivamente, costumamos enxergar a figura do docente como alguém que não vivencia problemas nem angústias. Nesse contexto, romper o silêncio poderia ser interpretado como uma fragilidade ou incompetência, e o imaginário que alimenta o silêncio dificulta a criação de canais abertos para debater uma série de questões que poderiam colaborar para a resolução de problemas e conflitos candentes.

ATENÇÃO COM O SILÊNCIO

Para além dos desafios pertinentes ao ensino e à aprendizagem, os silêncios ensinam uma série de conteúdos organizacionais e educacionais. Podemos elencar como um deles a hierarquia, ou seja, quais são as posições institucionais legitimadas para a fala, que elementos definem tais posições, quais são as características sociais dos autorizados a falar na escola, que lugar ocupam aqueles que se calam ou se sentem vulneráveis e, por isso, escolhem não romper com o silêncio.

Tudo isso está presente como currículo oculto nas dinâmicas que forjam o silêncio nas instituições de ensino. Parte considerável desses conteúdos extrapola os recortes disciplinares e as áreas de conhecimento envolvidas no papel formativo das escolas, e carrega, inevitavelmente, elementos do mundo social para as estruturas de ensino.

Cabe a nós, seja como estudantes, docentes ou gestores do ensino, examinarmos quais são os temas e práticas que vêm sendo ocultados pelo silêncio, por que esses debates são evitados e quais pressupostos e contextos os configuram como assuntos sobre os quais não se deve falar. A partir da consciência desses elementos, poderemos verificar se as práticas aplicadas correspondem ao que os projetos pedagógicos afirmam como valores e objetivos de aprendizagem no que se refere aos conteúdos relacionados ao mundo social, à expectativa de participação e posicionamento crítico de alunos, docentes e gestores nas decisões pertinentes à organização da estrutura escolar.

SAIBA MAIS:

- Eliane dos Santos Cavalleiro. ***Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.*** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

- Tatiana Lionco e Debora Diniz. ***Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual.*** *Revista Psicologia Polít*ica, São Paulo, v. 8, n. 16, 2008. Disponível em https://bit.ly/2Aqer91

- Marcos Júnior de Moura Paula e Deise Luiza da Silva Ferraz. ***Silêncio organizacional: introdução e crítica. Cadernos EBAPE.BR***, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2015. Disponível em: https://bit.ly/2Gw5zoi

- José Gimeno Sacristán. ***Currículo: uma reflexão sobre a prática***. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Mariana Rocha > Pesquisadora do Centro de Desenvolvimento do Ensino e da Aprendizagem (CEDEA) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) > *mariana.rocha@fgv.br*